

ANPPAS
I ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS
GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE
2002
6 A 9 DE NOVEMBRO
Indaiatuba,SP

A SUSTENTABILIDADE DOS ESPAÇOS DE USO
PÚBLICO

Heliana Comin Vargas*

Resumo

Este artigo discute o uso e a apropriação dos espaços públicos na cidade pelo viés da atividade comercial varejista. Inicialmente, é mostrada a origem da relação entre comércio, espaço público e cidadania, abrindo caminho para a discussão do uso atual destes espaços e da sua indevida apropriação por parte de um variado número de agentes. Além de tentar explicitar as causas geradoras deste conflito de uso, o artigo também procura trazer para discussão algumas questões que deverão ser enfrentadas, com a intenção de recuperar a qualidade ambiental urbana dos espaços de uso público.

Abstract

This article discusses the use of public spaces through the view of retailing and services activities. Firstly, it is showed the relationship between retailing, public space and citizenship. Then it is presented how these spaces are being used nowadays and which are the new agents involved with this misused. It is also tried to identify the roots of this situation and to point out the problems that are necessary to face in order to recovery the urban quality of the public spaces in our cities.

* Heliana Comin Vargas é arquiteta e economista, Professora Livre Docente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, junto ao grupo de Planejamento Urbano e Regional do Departamento de Projeto.

A SUSTENTABILIDADE DOS ESPAÇOS DE USO PÚBLICO

Heliana Comin Vargas

(...) é quase sempre uma regra geral que onde quer que os costumes sejam polidos (moeurs douces) existe o comércio: e onde quer que exista o comércio, os costumes são polidos.¹

Para aqueles menos afeitos aos estudos do comércio, e que não são poucos, pode parecer uma heresia, ou no mínimo um contra senso, buscar uma relação entre comércio, espaço público e cidadania.

No entanto, esta relação está na origem das relações urbanas (ou humanas), numa ligação umbilical entre o comércio e a cidade.

Se for considerado que para a troca se realizar é necessário o encontro, uma noção de espaço não privativo começa a nascer. É oportuno reconhecer, que se para o comércio existir é necessário o encontro, o comércio carrega, por natureza, a noção do ser coletivo, do ser público, o de acontecer num espaço público.

A necessidade de garantir a lisura no ato da troca, através de uma ato testemunhado, é que imprime ao comércio seu caráter de ato público. Ou seja, para que ambos, comprador e vendedor, pudessem se sentir seguros para a plena efetivação da troca era necessário que a troca acontecesse em lugar público, sob o olhar de indivíduos não comprometidos com esta negociação.

É possível notar-se, através do tempo, que os espaços para a troca foram adquirindo os mais diversos formatos²: abertos, fechados, públicos, semi-públicos. Mas, nunca abandonaram o seu caráter de permitir o acesso dos indivíduos para a compra, satisfação de suas necessidades. Primeiramente as básicas e logo em seguida aquelas que lhe causam algum prazer. É deste fluxo, da centralidade da qual pode usufruir, que o comércio sobrevive.

Já no tocante à cidadania, como exercício dos direitos e deveres de cada um, que no seu modo formal rebate-se na elaboração de códigos de posturas e legislações de controle do comportamento dos indivíduos, a sua origem também empresta da atividade comercial a sua prática.

¹ Montesquieu, *Lésprit des Loix*, apud Albertr O Hirschman, *As paixões e os interesses: argumentos políticos para o capitalismo antes de seu triunfo*, trad, Lúcia Campello (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979), p 59.

² VARGAS, Heliana Comin. *Espaço Terciário: o lugar, a arquitetura e a imagem do comércio*. São Paulo : SENAC.20001

Um dos primeiros códigos, devidamente elaborados sobre o relacionamento entre as pessoas, foi o código de Hamurabi, Faraó do I Império Babilônico, na Mesopotâmia, no século XVIIIaC. Propunha-se a disciplinas a questão dos aluguéis e unificava o sistema de pesos e medidas.³ Este código, segundo Childe⁴, tentava organizar a atividade comercial mais do que os deveres e direitos dos cidadãos, e era baseado segundo Burns⁵, no princípio “o comprador que se acautele”, onde o lucro tinha uma posição privilegiada. Hititas, (1500aC-1200aC) no vale do Halys, também possuíam um minucioso e vasto código mercantil.

É interessante observar, que em nossos códigos de posturas municipais, como o de São Paulo, de 1886, também havia menção ao comportamento esperado do vendedor em termos de honestidade quanto ao peso e à medida dos produtos vendidos.

Ainda, na relação de troca, está inerente o conceito de equidade do ato. Nenhum negócio voluntário realiza-se se ambas as partes não se sentirem satisfeitas. Além disso, o comércio, principalmente para os árabes, é uma grande oportunidade de fazer amigos⁶.

Desta forma, olhar os espaços públicos na sua relação com a atividade comercial, pode ajudar a estabelecer claramente suas funções atuais e repensar os códigos de relacionamento e de uso entre os diversos atores presentes na cidade.

O conceito de cidadania

Para os gregos, político era quem participava dos negócios da *polis*.. No latim, a *polis* virou *cive*, dando origem a palavra *cidade*, em português. Cidadania assim, na sua origem é sinônimo de política. Portanto, cidadão e político são a mesma coisa, ou deveriam ser.

No entanto, a democracia representativa, hoje assumida pela dificuldade de reunir e consultar todos os cidadãos, permite ao indivíduo se esconder atrás de si mesmo e não participar, eximindo-se, assim, das responsabilidades coletivas. As questões públicas são responsabilidades de todos nós, e mesmo que elejamos nossos representantes, isto não basta. Cada um de nós tem que fazer a sua parte, por menor que ela seja.

É interessante observar como salienta Gallo⁷ que a organização para participar na defesa de interesses comuns, adquirindo vez e voz, promove a passagem do servilismo para o exercício da autêntica destinação da vida.

A afirmação da individualidade e da singularidade de cada pessoa, que deve ser respeitada em suas ações e opções, não significa que cada um deva viver isolado dos

³ VARGAS, Heliana Comin. Comércio: localização estratégica ou estratégia na localização. São Paulo : FAUUSP. Tese de doutorado, 1992.

⁴ CHILDE, Gordon. O que aconteceu na história. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

⁵ BURNS, Edward MacNall. História da Civilização Ocidental: do homem das cavernas até a bomba atômica, trad. Lorival G. Machado et al (2 ed. Rio de Janeiro: Globo, 1966)

⁶ WEISS, Walter M. The Bazaar; markets and Merchants of the islamic world. Londres: Thames and Hudson. 1998.

⁷ GALLO, Sívio. Política e cidadania. In: Ética e cidadania. Caminhos da filosofia 1998:32

demais. Elas podem e devem ser preservadas em meio à coletividade. Porém, se a minha singularidade é importante, todas deverão ser, e o respeito à esta diferença é o que fortalece a possibilidade de eu manter a minha singularidade. A sociedade desejada é, portanto, aquela que considera a multiplicidade de indivíduos diferentes e criativos⁸.

Como considerar e responder às diferentes demandas de pessoas singulares?

Muitas críticas são feitas à esta sociedade informatizada que uniformiza as pessoas, homogeneizando seus valores, costumes e desejos de consumo. No entanto, ela também possibilita, aumentar o nível de participação direta de todos, ao ampliar os instrumentos de consulta. A responsabilidade da decisão deixa de ser de umas poucas pessoas para ser de fato responsabilidade de todos. Desta forma, a singularidade (não pensada como individualismo), passa a ser a base da cidadania e o exercício da cidadania atende, então, à condição de singularidade.

Só é possível ser indivíduos singulares, numa sociedade aberta, em que haja cidadania de fato com a participação de todos. A efetiva cidadania só acontece se os indivíduos são livres, singulares e participativos. No entanto é necessário destacar que liberdade relaciona-se diretamente, com a livre escolha e a condição para fazê-la. E escolha pressupõe um leque de opções que, por sua vez, pressupõe conhecimento e acesso informação.

Os verdadeiros cidadãos são aqueles que assumem com consciência e responsabilidade tanto as escolhas éticas quanto seus atos políticos. Na verdade, temos que recolocar o ser humano no centro da problemática dos valores. Neste sentido, de acordo com Morin⁹, temos que repensar a considerar condição humana em nossas ações.

Como salienta Gallo¹⁰, é interessante lembrar que, *viver* é, acima de tudo *con-viver* e, portanto, o local de *maior expressão da convivência* são os *espaços públicos*.

Assim, quando falamos de espaço público, falamos do local onde nossas singularidades e individualidades devem ser conduzidas por regras de comportamento, definidas pela sociedade (multiplicidade), em termos éticos, através dos deveres e direitos estabelecidos, dos limites do singular para deixar aflorar o plural, do espaço individual para assumir o coletivo.

O conceito de espaço público

Como definir espaço público?

Espaço público, por excelência, é o lugar onde uma pessoa pode estar sozinha, sem dar a impressão de estar solitária¹¹.

⁸ Gallo, Sílvia. Ética e cidadania na sociedade tecnológica. In: Ética e cidadania. Caminhos da filosofia. 1998:108.

⁹ MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. Trad. Catarina E. F. da Silva et al. São Paulo: Cortez. 2000

¹⁰ GALLO, Sílvia. Política e cidadania. In: Ética e cidadania. Caminhos da filosofia 1998:31

Segundo, Gastelaars¹² (1993) é importante saber que para ser considerado um "espaço público" um centro urbano deve, a princípio, ser acessível à todos os moradores e visitantes, ao mesmo tempo em que estes cidadãos e visitantes devem ser capazes de interagir, livremente, na mesma base, independentemente, de sua condição social.

No conceito de espaço público inclui-se a possibilidade do anonimato e do não compromisso, que um espaço pode oferecer. O livre acesso deve ser garantido sem códigos de comportamento específicos, embora a ética estabelecida para aquela determinada sociedade deva ser obedecida, como acontecia no Jardim da Luz, em São Paulo, no início do século XX. O sentir-se parte e a possibilidade de usufruir destes espaços são outras condições necessárias para imprimir o caráter público para um determinado espaço.

A questão da propriedade destes espaços é, também, um outro elemento que complica a sua definição, pois, o fato de ser público relaciona-se diretamente pelo desconhecimento do seu proprietário, ou seja, pela adoção da noção de propriedade coletiva.

Não apenas os espaços abertos são considerados espaços públicos. A proporção na qual um edifício (espaço coberto) é considerado público é, primeiramente, determinada por qual tipo de edifício ele é: estação de trem, galerias, paço municipal, biblioteca ou correio. Mas, a sua localização na cidade, sua permeabilidade enquanto acesso, a impressão que irradia e a atmosfera de seu interior amplificam sua condição de espaço público. Sem dúvida, muitos destes fatores são determinados por sua arquitetura e inserção urbana.

Existem muitos outros edifícios considerados públicos como hall de teatros, museus e bibliotecas, hall de hospitais, grandes cafés e grandes lojas. O que estes edifícios têm em comum é uma função dupla. É, precisamente, a combinação de no mínimo duas funções¹³ que cria o ambiente do lugar.

Mesmo as igrejas, no passado, assumiam esta condição de duplicidade. Além do culto, pelo fato de estarem sempre abertas, permitindo, a princípio, entrar e sair livremente, eram utilizadas com outras finalidades. Inclusive a de discutir política ou fazer negócios. Depois do Renascimento, a Igreja, enquanto elemento central de espaço público, cedeu lugar para os mercados públicos cobertos, edifícios da prefeitura, palácios urbanos, universidades, edifícios da justiça. Com a revolução industrial vieram as estações de trem e os correios. Os locais de transbordo incluindo também os aeroportos passaram a atrair viagens relacionadas com compras.

¹¹ VARGAS, Heliana Comin. op. cit. 2001:98

¹² Gastelaars, Rob Van E. "Public Life in Amsterdam", em Maarten Kloos(org), Public Interiors: Architecture and Public Life inside Amsterdam, trad. O'Loughlin Michael (Amsterdam: Architecture&Natura Press, 1993),p.107

¹³ As Igrejas e templos, tiveram um papel proeminente na cidade, não apenas enquanto marcos urbanos mas, também pelas atividades combinadas que exerciam muito além da espiritual. Passear com cachorros, conduzir negócios, brincar com as crianças eram atividades comuns que imprimiam às igrejas o caráter de espaços públicos cobertos. De BOER Matthijs, "Public Interiors". em Maarten Kloos(org), Public Interiors: Architecture and Public Life inside Amsterdam, trad. O'Loughlin Michael (Amsterdam: Architecture&Natura Press, 1993), p9

Hoje, o papel dos grandes espaços públicos interiores passou para a mão do comércio, pois, este não pode prescindir da combinação de outras atividades sociais, que estão na base da sua origem: o encontro. A forma coberta e fechada, atualmente, além da proteção contra as intempéries, acrescenta a questão da facilidade de acesso e estacionamento, economia de tempo e, principalmente, segurança. O quadro 1 a seguir sumariza o conceito de espaço público com os seus diferentes formatos.

Novas formas de apropriação do espaço público

O motivo principal que tem alterado o lugar e forma de utilização dos espaços para o uso público é o resultado da deterioração da qualidade de vida urbana em decorrência dos seguintes fatores:

- Baixo crescimento econômico, o processo de terceirização e as **altas taxas de desemprego** têm levado a população a buscar outras formas de sobrevivência, que incluem não apenas o morar nas ruas (homeless), mas também, o trabalhar nas ruas (shopless). Sem a propriedade ou a posse de imóveis, os espaços públicos (de todos) passam a ser apropriados indevidamente. Primeiro por indivíduos isoladamente, e depois assumindo a situação de Estados paralelos, que vão dos ambulantes à publicidade na cidade, conforme mostrado no quadro 1 (usos adicionais).
- Logicamente, esta ocupação dos espaços abertos, só passa a ser interessante na medida que as cidades transformam-se **num grande bazaar**, pela sua enorme população e congestionamento de tráfego que mantém as pessoas *out doors*, uma grande parte do seu tempo. Ao invés do consumidor ir em busca do comércio e serviços, estes é que vão atrás dos consumidores, quer eles estejam nos parques públicos, nas ruas ou parados nos semáforos.
- Como **todos pensam que podem ser comerciantes**, o que "não requer prática nem sequer experiência", a cidade transforma-se num verdadeiro "mercado público" composto de : ambulantes, bancas de jornal, motorista de taxi, perueiros, guardador de carros, lavador de carros, veículos de publicidade, serviços de alimentação, vendedor de frutas etc. Estes invasores do espaço público adotam as mais diversas formas, conforme pode ser visualizado nas figuras . Além disso, a concorrência é tão grande que a maioria deles sobrevive com as migalhas que sobram do sistema de produção capitalista.
- A **carga tributária e as exigências da legislação trabalhista** e da justiça do trabalho, têm desestimulado o contrato formal de trabalho, levando a um aprofundamento do processo de terceirização e a busca de alternativas de trabalho mais rentáveis a curto prazo, sem auxílios previdenciários.
- Soma-se a isso a **falta da presença do Estado** o que tem levado a uma crise de autoridade. Assim, não há fiscalização, não há punição, não há arrecadação, não há serviço urbano, e o fosso tende a se aprofundar.

Sem poder reivindicar os seus direitos a população não cumpre os seus deveres, desaparecendo qualquer noção de cidadania. É um salve-se quem puder. Não existe

respeito pela coisa pública e os valores éticos desaparecem. A oportunidade cede lugar ao oportunismo e instala-se o caos.

Não apenas a relação entre as pessoas se deteriora, mas toda a vida urbana, e com ela o patrimônio construído não se mantém pela identidade perdida.

Com esta situação instalada, agravada pela falta de segurança, o espaço público por natureza, aquele do encontro, passa a acontecer em espaços controlados, normalmente interiorizados associados à outros atributos da sociedade de consumo.

Questões que merecem ser revistas

Neste sentido, políticas urbanas e legislação urbana relativas às atividades varejistas deveriam começar a repensar, ou simplesmente a pensar, os aspectos abaixo relacionados:

- O que devem, hoje, ser consideradas atividades incômodas;
- Aonde termina o interesse individual e começa o coletivo;
- O que deveria ser considerado como espaço público e seu uso;
- Estabelecer princípios gerais e normas de conduta mas. dar tratamento diferenciado para diferentes setores, agentes e lugares;
- Com melhorar as áreas urbanas, levando em conta não apenas o aspecto físico mas, também, os tipos de atividades mais apropriados;
- Como controlar a quantidade e a qualidade dos diversos usos buscando manter ou alterar uma sinergia ou reforçar a dinâmica urbana, buscando uma gestão sistêmica.
- Como trabalhar com a estrutura fundiária urbana, também para o uso comercial; (tamanho, propriedade, heranças);
- Como considerar as horas de abertura do comércio na sua relação trabalhista, num mundo 24 horas;
- Como minimizar os efeitos das legislações trabalhista e tributária;
- Como usar o direito social da propriedade, incluído na Constituição Federal, e os novos instrumentos do Estatuto da cidade, para auxiliar no processo de revitalização urbana, direcionado também para o uso terciário (pequenos comerciantes independentes);
- Como criar ou reforçar a identidade com o lugar para criar a condição de pertencimento.

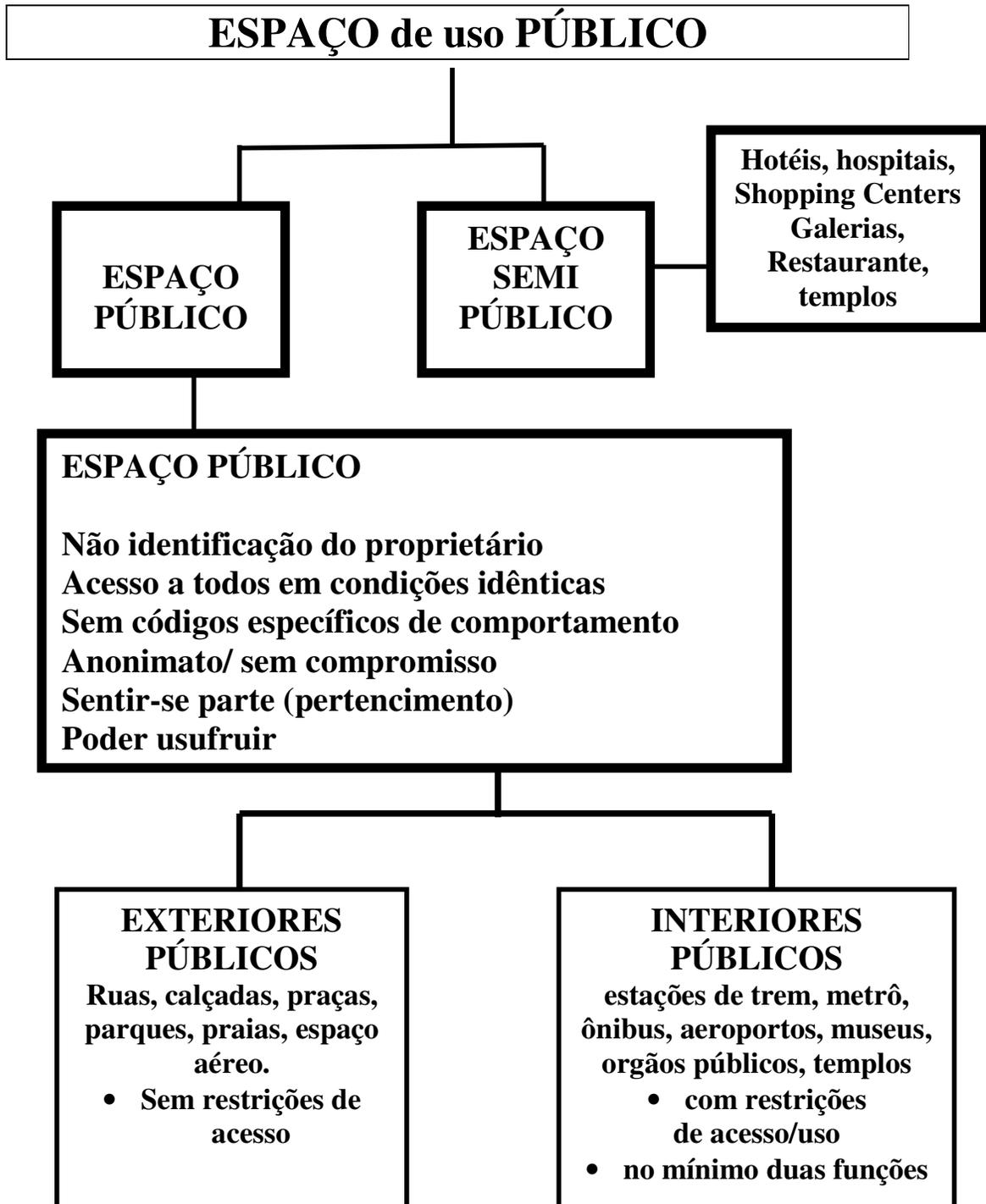
Na verdade é da sociedade que deve vir a resposta. São as pessoas que têm que se movimentar para alterar esta situação e recuperar o estado de direito.

Parodiando o setor de marketing e usando alguns de seus princípios, vamos adotar o sistema de Ps e efetivamente trabalhar no sentido da implementação da Participação, do Pacto e dos Princípios.

Se a sociedade der a resposta, por exemplo, não aceitando o comércio informal. Ou seja, não se utilizar dele, em qualquer hipótese, estabelecendo um pacto de não aceitação da informalidade, pode ser um bom começo. Este começo só é possível, no

entanto, mobilização ou seja participação da população. Esta mesma participação levará ao estabelecimento de princípios de conduta e de monitoramento destes princípios que conduzirá à recuperação, ou criação de uma real cidadania.

QUADRO 1- ESPAÇOS PÚBLICOS



QUADRO 2- USO DO ESPAÇO PÚBLICO

| ESPAÇOS | AGENTES | USOS DE ORIGEM | USOS ADICIONAIS | PROBLEMAS |
|---------------------|---|--|---|---|
| RUAS | Proprietários, pedestres, veículos, Feirantes | Acessos | Estacionamentos, ambulantes, Veículos, feirantes, Pontos de taxi, Perueiros, Motoboys, Guardadores de carros, | Congestionamento, Precariedade sanitária Resíduos sólidos Insegurança |
| CALÇADAS | Proprietários Pedestres Serviços públicos | Acessos exclusivo de pedestre | Ambulantes, Vitruines, Publicidade, bancas, mobiliário urbano. | Congestionamento, Precariedade sanitária Resíduos sólidos Insegurança |
| PRAÇAS | Pedestres Feirantes | Estar, encontro, comércio temporário, lazer, recreação | Comércio temporário feiras temáticas <i>Show room</i> (locais de exibição) Praça de eventos | Congestionamento, Precariedade sanitária Resíduos sólidos Insegurança |
| PARQUES | Pedestres | Estar, recreação, lazer, encontro, preservação | Shows, festas sazonais e folclóricas, Eventos esportivos, artísticos, Feiras temáticas. | Congestionamento, Precariedade sanitária Resíduos sólidos Insegurança |
| PRAIAS | Banhistas Pescadores Proprietários Comerciantes | Banhos de mar pescaria | Shows e eventos Recreação e esportes Caminhada Ambulantes/quiosques | Congestionamento, Precariedade sanitária Resíduos sólidos Insegurança |
| ESPAÇO AÉREO | Comerciantes, Produtores | Sinalização, identificação, referencial, Propaganda | Mídia externa, Comunicação em massa. | Congestionamento, Deterioração urbana Reforço do consumismo |

USO DO ESPAÇO



PRAIA DA ENSEADA - UBATUBA
A venda de ocasião



LEUVEN- BÉLGICA
A praça que virou bar



SÃO PAULO
O avanço da poluição visual



VERONA - fim do espaço aberto da praça

PÚBLICO



RUA 25 DE MARÇO - SÃO PAULO
A vitalidade invade as ruas



NOVA YORK
A ocupação dos vazios urbanos



Bairro Italiano em Filadélfia
A ocupação das calçadas



SÃO PAULO Venda sazonal dia das mães